



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 14-93.2011.6.02.0014

RESOLUÇÃO TRE/AL Nº 15.276
(16/04/2012)

REVISÃO DE ELEITORADO nº 14-93.2011.6.02.0014 .
Interessado: Juízo Eleitoral da 14ª Zona.
Relator: Des. Eleitoral RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR.

EMENTA:


REVISÃO DE ELEITORADO. IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA.
MUNICÍPIO DE CAMPESTRE. REGULARIDADE DOS
TRABALHOS REVISIONAIS. HOMOLOGAÇÃO.

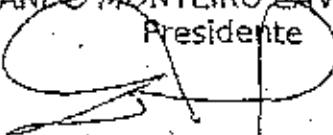
- Cumpridas as formalidades legais e ante a inexistência de
vícios comprometedores da validade e eficácia dos trabalhos
revisoriais, homologa-se a revisão do eleitorado, nos termos
do art. 76, inciso II, da Resolução TSE nº 21.538/03.


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, RESOLVEM
os Desembargadores Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à
unanimidade de votos, homologar a revisão do eleitorado do município de
CAMPESTRE, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Maceió, 16 de abril de 2012.


Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO
Presidente


RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR
Des. Eleitoral e Relator


NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY
Procuradora Regional Eleitoral Substituta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 14-93.2011.6.02.0014

RELATÓRIO

Cuida-se de Revisão do Eleitorado do município de CAMPESTRE, na conformidade da Resolução TSE nº 23.335, de 22.02.2011 (alterada pela Res. TSE nº 23.345), e do Provimento nº 03/2011-CGE, de 17.3.2011, da Corregedoria-Geral do TSE,

Neste Regional, a temática foi regulamentada pela Resolução TRE/AL nº 15.153, de 9.5.2011 (alterada pelas Res. TRE/AL nºs 15.155 e 15.167), e pelo Provimento CRE/AL nº 03/2011, de 7.6.2011, da Corregedoria Regional Eleitoral de Alagoas.

O procedimento teve por escopo a atualização dos dados constantes do cadastro eleitoral e a implantação de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante a inclusão de dados biométricos e fotografia.

Conforme previsão contida no art. 1º da Resolução TSE nº 23.335; estavam sujeitos ao processo revisional todos os eleitores, em situação regular ou liberada, inscritos nos municípios envolvidos ou para eles movimentados até 30 (trinta) dias antes do início dos respectivos trabalhos.

Nos termos da Portaria nº 542/2011, da Presidência deste Regional, o período revisional no referido município foi fixado com início em 18/7/2011 e término em 16/12/2011.

O processo foi autuado em 7/7/2011, fazendo a Zona Eleitoral de origem juntar o edital de convocação de eleitores à(s) fl(s). 02 devidamente publicado.

Os partidos políticos foram cientificados do procedimento por meio dos documentos cujas cópias estão acostadas aos autos.

As requisições de servidores para apoio aos procedimentos revisionais foram efetivadas por meio dos documentos juntados aos autos, dando-se, de tudo, ampla publicidade.

Após o encerramento dos trabalhos, os autos foram encaminhados à Promotoria Eleitoral do juízo *a quo*, que se manifestou, à(s) folha(s) 95-96, pela regularidade do procedimento e cancelamento das inscrições irregulares e daquelas cujos eleitores não tenham comparecido ao procedimento revisional.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 14-93.2011.6.02.0014

Em consonância com o art. 74 da Resolução TSE nº 21.538/2003, às fls. 97-99, o Juízo Eleitoral julgou regular o resultado da revisão eleitoral realizada naquele município, determinando que, após homologação por este Tribunal Regional, sejam canceladas 1.157 (uma mil cento e cinquenta e sete) inscrições eleitorais, referentes aos eleitores que não se apresentaram para a revisão do eleitorado.

A referida sentença, após a devida publicação, transitou em julgado, conforme se vê à folha 122.

O Juízo de origem, às fls. 123-128, lançou o relatório dos trabalhos desenvolvidos, previsto no art. 75 da Res. TSE nº 21.538/2003.

Em parecer acostado às fls. 132-134, na forma prescrita no *caput* do art. 76 da Res. TSE nº 21.538/2003, a d. Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas pronunciou-se pela regularidade dos trabalhos desenvolvidos, posicionando-se pela homologação da revisão do eleitorado.

É o Relatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 14-93.2011.6.02.0014

VOTO

Em princípio, cabe revelar que as razões da presente apreciação estão amparadas no disposto no art. 76 da Resolução TSE nº 21.538/03, que tem a seguinte redação:

Art. 76. Apreciado o relatório e ouvido o Ministério Público, o corregedor regional eleitoral:

- I - indicará providências a serem tomadas, se verificar a ocorrência de vícios comprometedores à validade ou à eficácia dos trabalhos;*
- II - submetê-lo-á ao Tribunal Regional, para homologação, se entender pela regularidade dos trabalhos revisionais.*

Assim, compulsando os autos, verifiquei, de pronto, o cumprimento pelo MM. Magistrado dos prazos presentes no calendário revisional.

A documentação juntada atesta que os trabalhos revisionais tiveram ampla divulgação, com repasse das orientações aos eleitores quanto às diversas datas, locais e horários de atendimento.

O edital de convocação do eleitorado e certidão informando a publicação da sentença, a que se obrigava o Magistrado, também encontram-se presentes nos autos.

Quanto ao aspecto formal da referida sentença, constata-se a observância às regras contidas no art. 74 da sobredita Resolução TSE nº 21.538/2003, culminando na declaração de cancelamento de 1.157 (uma mil cento e cinquenta e sete) inscrições eleitorais, de um eleitorado composto por 4.247 (quatro mil duzentas e quarenta e sete) pessoas sujeitas à revisão.

Assim, compareceu à revisão biométrica de CAMPESTRE 72,76% do eleitorado.

Consigne-se, ainda, que a Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas manifestou-se pela homologação da revisão de eleitorado.

Logo, cumpridos os ditames legais da Resolução TSE nº 21.538/2003, não restam dúvidas sobre a legalidade do procedimento,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 14-93.2011.6.02.0014

razão por que não há necessidade de adoção de quaisquer outras providências complementares.

Do exposto, nos moldes do art. 76, II, da Resolução TSE nº 21.538/2003, VOTO:

a) pela HOMOLOGAÇÃO dos trabalhos revisionais para que a sentença produza seus efeitos legais, com o efetivo cancelamento, no cadastro eleitoral, das inscrições irregulares e daquelas cujos eleitores não tenham comparecido ao procedimento revisional (art. 73 da Resolução TSE nº 21.538/2003) daquela localidade.

b) pelo imediato retorno dos autos à Corregedoria Regional Eleitoral de Alagoas, a fim de registrar, no Sistema ELO, a homologação do procedimento, determinando que o juízo de origem proceda ao comando do ASE 469 (Cancelamento - revisão de eleitorado);

Após o comando do ASE 469, a Corregedoria Regional deverá, ainda:

I - certificar essa ocorrência nos autos, encaminhando-os à Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas, para tomar ciência da homologação do procedimento revisional;

II - devolver os autos ao juízo de origem, após o trânsito em julgado da homologação.

Por fim, tenho por enaltecer os trabalhos desenvolvidos pelo(s) juiz(izes) e Promotor(es) Eleitoral(is) que atuaram no período revisional, servidores cartorários, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Corregedoria, além do Presidente e Diretor-Geral desta Corte que tornaram possível, contribuíram e apoiaram o aludido procedimento revisional.

É como voto.

Maceió, ____ de abril de 2012.

Des. Eleitoral RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR
Corregedor Regional Eleitoral e Relator



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que a Resolução nº 15.276, de 16/04/2012, foi conferida na 27ª sessão, realizada na mesma data, e publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas nº 67, em 18/04/2012, à(s) fl(s). 14. Em _____, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 18/04/2012, que vai assinada pelo Coordenador de Acompanhamento e Registros Plenários Substituto.

Luciano Al
Coordenador de Acompanhamento e
Registros Plenários Substituto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 11-60.2011.6.02.0040

RELATÓRIO

Cuida-se de Revisão do Eleitorado do município de DELMIRO GOUVEIA, na conformidade da Resolução TSE nº 23.335, de 22.02.2011 (alterada pela Res. TSE nº 23.345), e do Provimento nº 03/2011-CGE, de 17.3.2011, da Corregedoria-Geral do TSE.

Neste Regional, a temática foi regulamentada pela Resolução TRE/AL nº 15.153, de 9.5.2011 (alterada pelas Res. TRE/AL nºs 15.155 e 15.167), e pelo Provimento CRE/AL nº 03/2011, de 7.6.2011, da Corregedoria Regional Eleitoral de Alagoas.

O procedimento teve por escopo a atualização dos dados constantes do cadastro eleitoral e a implantação de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante a inclusão de dados biométricos e fotografia.

Conforme previsão contida no art. 1º da Resolução TSE nº 23.335, estavam sujeitos ao processo revisional todos os eleitores, em situação regular ou liberada, inscritos nos municípios envolvidos ou para eles movimentados até 30 (trinta) dias antes do início dos respectivos trabalhos.

Nos termos da Portaria nº 425/2011, da Presidência deste Regional (folha/s 10), o período revisional no referido município foi fixado com início em 13/6/2011 e término em 16/12/2011.

O processo foi autuado em 20/5/2011, fazendo a Zona Eleitoral de origem juntar o edital de convocação de eleitores à(s) fl(s). 16 devidamente publicado, conforme a certidão de folha 16-verso.

Os partidos políticos foram cientificados do procedimento por meio dos documentos cujas cópias estão acostadas aos autos.

As requisições de servidores para apoio aos procedimentos revisionais foram efetivadas por meio dos documentos juntados aos autos, dando-se, de tudo, ampla publicidade.

Após o encerramento dos trabalhos, os autos foram encaminhados à Promotoria Eleitoral do juízo *a quo*, que se manifestou, à(s) folha(s) 184, pela regularidade do procedimento e cancelamento das inscrições irregulares e daquelas cujos eleitores não tenham comparecido ao procedimento revisional.